

Religião volta ao debate nacional e intolerância ainda é um tabu a ser combatido

DIVULGAÇÃO

Destruição de imagem de Santa Dulce dos Pobres e questão eleitoral sobre Nossa Senhora fazem tema voltar às rodas de conversas

Da Redação

O que acontece quando a religião deixa de ser apenas uma questão de fé e passa a ocupar as rodas de conversa, as redes sociais e o debate político? Às vésperas das eleições, o tema volta a ganhar espaço e episódios recentes envolvendo símbolos religiosos recolocam uma questão incômoda no centro da discussão: o Brasil consegue, de fato, conviver com a diversidade de crenças existente em seu território?

O assunto ganhou força nos últimos dias depois que uma imagem de Santa Dulce dos Pobres, primeira brasileira canonizada pela Igreja Católica, foi destruída dentro da Igreja Matriz da Paróquia Jesus Cristo Ressuscitado, em Plataforma, no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Segundo a paróquia, uma pessoa entrou no templo no dia 22 de setembro, retirou a imagem de um altar lateral e a levou para outro espaço da igreja, onde a peça foi quebrada. Até o momento, a identidade e a motivação da pessoa não foram divulgadas.

O episódio, por si só, provoca uma série de questionamentos. Quando um símbolo religioso é atacado, o que está sendo atingido: um objeto, uma comunidade ou a própria liberdade de profes-

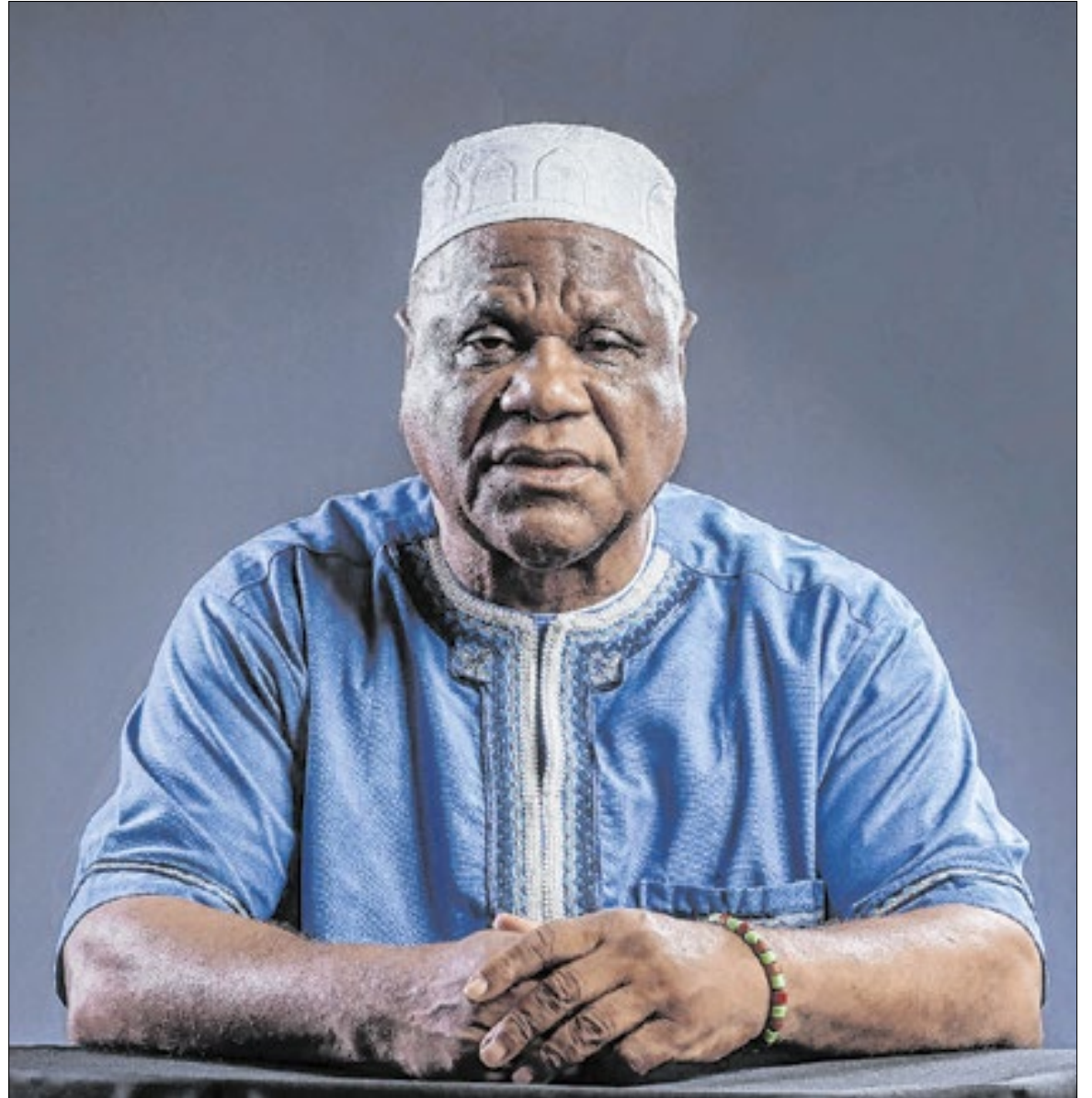
sar uma fé? E até que ponto a intolerância religiosa, em suas diferentes manifestações, revela uma dificuldade da sociedade brasileira em respeitar aquilo em que o outro acredita?

É nesse contexto que a trajetória do professor, ativista dos direitos humanos e babalawô Ivanir dos Santos ganha relevância. Há décadas, ele atua na defesa da liberdade religiosa e na discussão sobre o respeito às diferentes tradições de fé, especialmente diante dos episódios de intolerância que atingem religiões de matriz africana.

Para Ivanir, a questão não deveria se limitar à defesa de uma religião específica. Se uma imagem católica pode ser destruída, um terreiro pode ser atacado ou uma tradição religiosa pode ser alvo de preconceito, que tipo de Estado e de sociedade está sendo construído?

A intolerância religiosa, porém, não se resume necessariamente a ataques físicos. Ela também pode aparecer no discurso, na tentativa de desqualificar a crença alheia, na perseguição a comunidades religiosas ou na transformação da fé em instrumento de disputa e hostilidade.

Em um país constitucionalmente laico, outra pergunta se impõe: o que significa, na prática, respeitar o Estado



Candidato a deputado federal, babalawô Ivanir dos Santos defende a instituição do Estado Laico em sua plataforma de campanha

laico? Significa retirar a religião da vida pública ou garantir que diferentes crenças possam ocupar esse espaço sem que uma delas se imponha sobre as demais?

Às vésperas de uma elei-

ção, quando discursos e convicções tendem a ganhar ainda mais intensidade, a discussão parece inevitável. Até onde vai a liberdade de expressão quando ela atinge a liberdade religiosa de outra pessoa? Qual é o limite entre a manifestação de uma opinião e a intolerância? E qual deve ser o papel do poder público diante desses episódios?

Na visão de Ivanir dos Santos — sacerdote, professor, babalawô, ativista dos direitos humanos e há anos envol-

vido no combate à intolerância religiosa —, a discussão é maior do que a defesa de um determinado credo. Trata-se do direito de cada brasileiro de acreditar, cultivar e expressar sua fé sem transformar o outro em inimigo.

A questão que permanece, portanto, é simples — e talvez justamente por isso tão difícil de responder: em um país marcado pela diversidade de crenças, ainda precisamos aprender a respeitar a fé do outro?

Igualdade racial entra em consulta pública para definir novas políticas de Estado

Até 16 de outubro, sociedade poderá apresentar sugestões para aperfeiçoar o enfrentamento ao racismo estrutural

Da Redação

O governo federal abriu, em 14 de setembro, uma consulta pública para a construção do 2º Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir). Até 16 de outubro, a sociedade pode-

rá apresentar sugestões para aperfeiçoar os objetivos estratégicos que deverão orientar políticas de enfrentamento ao racismo estrutural, redução das desigualdades, reparação histórica e garantia de direitos. As contribuições podem ser encaminhadas pela plata-

forma Brasil Participativo.

Elaborado a partir das discussões da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em 2025, o novo Planapir está estruturado em 16 eixos e reúne temas como trabalho, educação, saúde, justiça, segurança pública, comunidades quilombolas, povos de terreiro e de matriz africana, mulheres e juventude negras, racismo ambiental, comunicação e fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção

da Igualdade Racial (Sinapir).

A proposta busca transformar diretrizes em ações concretas, acompanhadas de metas, indicadores, responsabilidades institucionais e mecanismos de monitoramento. A elaboração do plano ocorre também no contexto da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 973, conhecida como ADPF das Vidas Negras, que reconheceu a existência do racismo estrutural e estabeleceu parâmetros para uma resposta estatal planejada e articulada.

Para o babalawô, professor e ativista dos direitos humanos Ivanir dos Santos, a consulta pública representa uma oportunidade para ampliar a participação da sociedade na definição de políticas destinadas ao enfrentamento de desigualdades históricas.

“O Brasil avançou na promoção da igualdade racial e importantes conquistas foram alcançadas. Mas ainda há muito a avançar. A construção do 2º Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial é uma oportunidade para transformar conquistas em novas políticas públicas e garantir que a igualdade racial seja, cada vez mais, uma realidade para todos”, afirma.